

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL: ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL 1 NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ-ES**

**Renato Crescêncio**

Universidade Presbiteriana Mackenzie – São Paulo. Email: [prrenatoipf@gmail.com](mailto:prrenatoipf@gmail.com) /  
[psi.renatorc@yahoo.com.br](mailto:psi.renatorc@yahoo.com.br)

**RESUMO:** As diretrizes nacionais sobre a educação inclusiva estão bem estabelecidas nos documentos oficiais que tratam do assunto. Todavia, é necessário que os municípios elaborem estratégias para atender esta demanda. Objetivo: Análise documental dos dados relativos à escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial e caracterização das salas de recursos multifuncionais (SRM) do ensino fundamental 1 da rede pública no município de Aracruz/Espírito Santo. Método: A primeira parte do trabalho se deteve na pesquisa documental e bibliográfica, tendo como base a análise de artigos científicos, livros, pesquisas já realizadas sobre o tema e levantamento de dados estatísticos. A segunda foi o trabalho de campo caracterizado por visita à 6 escolas polos das 24 existentes no município de Aracruz e análises das pastas da documentação dos 50 alunos. Amostra: Foram analisados documentos de 50 alunos, escolhidos entre os 154 alunos do ensino fundamental 1, matriculados nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no ano de 2017. Resultados: a proposta do atendimento educacional especializado no ensino fundamental no município de Aracruz no Espírito Santo está baseada nas diretrizes do Ministério da Educação e na legislação vigente. A documentação dos alunos matriculados permite conhecer a condição da deficiência, mas não permite ao professor, estabelecer vínculo entre o planejamento de ensino e as particularidades do aluno com deficiência.

**Palavras chave:** atendimento educacional especializado, , avaliação, sala de recursos multifuncional.

### **1. INTRODUÇÃO**

A Constituição de 1988 estabeleceu o direito à escolarização de toda e qualquer pessoa, a igualdade de condições para o acesso e para a permanência na escola e a garantia de “*atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino*” (BRASIL, 1988). Em 2001, no contexto das reformas da educação básica, foi publicada a Resolução nº 2 de 2001, que instituiu as Diretrizes Para a Educação Especial na Educação Básica com a finalidade de garantir a escolarização de alunos com necessidades especiais em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da educação básica. Essa legislação define que educando com necessidades educacionais especiais são aqueles que apresentam “[...] dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento não vinculadas a uma causa orgânica específica ou

relacionadas às condições, disfunções, limitações ou deficiência, dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas, altas habilidades e superdotação” (BRASIL, 2001). Essa legislação prevê, em seu art. 10, o atendimento de alunos com necessidades especiais em escolas especiais públicas ou privadas, quando houver demanda de adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga fazer.

Nesse mesmo curso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reafirmava a educação especial como modalidade de educação escolar que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2008), resgatando o sentido da educação especial expresso na Constituição Federal de 1988. Desse modo, a Política deixa claro que a educação especial “[...] realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino-aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular” (BRASIL, 2008, p. 15).

Logo, a escola é o lugar idealizado de implementação das diretrizes para que o processo ensino-aprendizagem aconteça de forma satisfatória, apresentando profissionais qualificados, metodologia, infraestrutura e recursos adequados (MAZZOTTA, 2005). A escola busca conhecer e desenvolver o aluno, atendendo às necessidades próprias do mesmo de construir conhecimentos, que incidam nos mais variados domínios do pensamento e, por outro, corresponder a uma necessidade social de melhor contextualização para seu aprendizado, permitindo entender-se como sujeito histórico e parte de um mundo que exige diferentes conhecimentos e habilidades.

Trindade (2017) ressalta que as políticas articuladas pelo governo federal são assimiladas pelos governos municipais, redefinindo ações e serviços destinados à educação especial. A autora ainda lembra que os recursos financeiros viabilizados pela União, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), assumem a função suplementar para as instituições públicas e privadas que oferecem atendimento da Educação Especial, por meio do provimento de materiais e equipamentos, formação de professores, além de buscar oferecer proposições políticas e pedagógicas, para que a infraestrutura física e pedagógica da escola seja adequada à inclusão do aluno público-alvo da Educação Especial. Este panorama é verificado também no Município de Aracruz. Há dessa maneira a aplicação do Programa do MEC.

No entanto, os caminhos entre a Educação Especial e a Educação Inclusiva apresentam lacunas que interferem na inclusão de crianças, jovens e adultos no sistema comum de ensino. A descrição e análise de práticas municipais, diante da continentalidade brasileira e heterogeneidade sociocultural da população deve ser estimulada (ZUQUE, 2013). Experiências positivas podem tornar-se abrangentes, melhorando o desempenho do sistema.

A Resolução nº 4/2009 instituiu diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial e prioriza a Sala de Recursos Multifuncionais no atendimento aos alunos com deficiência dentro da escola. (BRASIL, 2009). Estudos e pesquisas realizadas descrevem diversas experiências neste campo. Excelente artigo é o de Baptista e Viegas (2016) mostram como foi se organizando a educação especial no município de Cachoeirinha, Rio Grande do Sul. Respondendo aos documentos oficiais o município conseguiu se organizar e hoje oferece mais do que as Salas de Recursos Multifuncionais-SRM. Criou os Centros de Atendimento Educacional Especializado, integrado às escolas regulares, com programas pedagógicos e recursos de educação alternativa.

Manzini (2011) analisando os estudos apresentados em anais eletrônicos de eventos de grande porte no campo da Educação Especial. Detectou estudos específicos sobre as Salas de Recursos Multifuncionais como os de Reganhan (2009); Malheiro e Schlünzen (2009); e Miranda, Rocha e Santos (2009). O trabalho evidenciou que ainda faltam estudos referentes às SRM, já que este serviço começou a ser ofertado em 2005. Tal lacuna é também apontada por Baptista (2011a) e Brabo (2011).

Outros relatos citados por Milanesi (2012) mostram o esforço de alguns municípios para tentar atender de forma satisfatória a atual política de inclusão escolar. Contudo, diversas dificuldades são encontradas em atender as normativas indicadas pelo MEC quanto à organização do trabalho pedagógico das SRM. Os requisitos de formação do professor especializado, avaliação para identificação do aluno, planejamento do ensino e aferição do desenvolvimento da aprendizagem do aluno.

Dentre as discussões teóricas relacionadas ao atendimento educacional especializado realizado em salas de recursos trazidas em estudos de mestrado e doutorado, Zuqui (2013) destacou as produções de Bürkle (2010), Benincasa (2011), Soares (2011), Bridi (2011), Barbosa (2012), e Vieira (2012) pelo fato de apresentarem movimentos e reflexões sobre o trabalho de apoio realizado em salas de recursos, as várias formas de compreensão do atendimento educacional especializado, as possibilidades e dificuldades encontradas pelos professores no serviço de apoio realizado no espaço das SRM, assim, emergindo no cotidiano escolar em diálogo com os princípios da escola inclusiva.

Um estudo mais amplo a respeito do atendimento educacional especializado apontou dificuldades no atendimento no contraturno; demanda maior do que o serviço oferecido; atendimento na SRM desvinculado da proposta de inclusão (como se o aluno fosse para uma clínica); falta de material adequado e principalmente falta de equipes multidisciplinares envolvidas no atendimento. O estudo concluiu que há muito o que se investir em relação ao

modelo das SRM (PASIAN, MENDES e CIA, 2017).

O objetivo deste trabalho é realizar uma análise documental dos dados relativos à escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial do Município de Aracruz-ES e caracterizar as salas de Recursos Multifuncionais. A partir das análises dos documentos, da pesquisa de campo e dados coletados, será possível descrever como se desenvolve o atendimento educacional especial nesse contexto.

## 2. MÉTODO

- **Amostra**

Para análise da documentação existente a amostra foi composta por 50 alunos de 6 escolas polo do ensino fundamental 1 (EF1 – do 1º ao 5º ano) matriculados nas SRM no ano de 2017. Quanto ao número da amostra achou-se um percentual representativo dos 154 alunos da educação especial do ensino fundamental-1 que frequentavam as SRM no período acima indicado.

- **Procedimentos**

A investigação buscou conhecer o funcionamento das salas de recursos multifuncionais e a análise da documentação existente dos alunos da amostra assistidos nessas salas. Utilizamos duas estratégias metodológicas, a primeira parte se deteve na pesquisa documental e bibliográfica, tendo como base a análise de artigos científicos, livros, pesquisas já realizadas sobre o tema, levantamento de dados estatísticos com acesso aos sites do INEP (<http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>), SEDU/ES (<http://sedu.es.gov.br>) SEMED/Aracruz (<http://www.aracruz.es.gov.br>). Depois do contato com a coordenação de Educação Especial e os devidos esclarecimentos sobre a pesquisa e autorização, obtivemos informações necessárias referentes a Educação Especial e as escolas que possuíam SRM.

A segunda parte do projeto, foi o trabalho de campo, visita à 6 escolas polos das 24 existentes no município de Aracruz, análises das pastas da documentação dos 50 alunos da amostra, material pedagógico existente e entrevista semiestruturada com o professor responsável por esse espaço. Esta pesquisa de campo nos levou a uma percepção melhor de como ocorre o funcionamento e atendimento das salas de recursos na prática.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Rede Municipal de Ensino conta com 50 escolas e 19.876 alunos matriculados. A distribuição dos alunos se dá na educação infantil- EI (4.709 alunos) ensino fundamental-EF 1

(6.559 alunos), ensino fundamental- EF2 (3.778 alunos); ensino médio-EM (3.685 alunos) e educação de jovens e adultos-EJA (1.145 alunos). O total de alunos diagnosticados com alguma deficiência no final do ano de 2017 era de 472, sendo 407 matriculados nas salas de recursos. Destes alunos, 154 eram do ensino fundamental 1- (anos iniciais – do 1º ao 5º ano). (Documento da Secretaria de Educação Especial, 2008, p. 10- 16)

A Secretaria de Educação do município de Aracruz informa seguir as diretrizes do MEC - Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Existem também diretrizes da educação especial na educação básica e profissional para a rede estadual de ensino do Espírito Santo. Em seu Site oficial oferece informações sobre o nome, endereço, telefone das escolas, Atendimento Educação Especializado e diretrizes. Ferramenta de busca por setores que compõem a mesma e respectivos contatos (<http://www.aracruz.es.gov.br/orgaos/educacao>. Acessado em 10 de Nov. 2017). Porém a informação é fragmentada com publicação de editais e outras notícias. De uma maneira geral são esparsas e de difícil localização. Diferentemente de alguns municípios brasileiros que apresentam de forma transparente a estrutura e as realizações da educação especial, como demonstrado no artigo de Viegas (2016).

Existem escolas polo (24 no ano de 2017) dotadas de SRM, equipadas com materiais eletrônicos e pedagógicos, número que atende os critérios exigidos. O número e a formação inicial de profissionais contratados e disponíveis para atuar nestas salas seguem os critérios de acordo com a legislação nacional pertinente. As salas de Recursos Multifuncionais seguem as especificações estabelecidas pelo MEC (<http://portal.mec.gov.br/salas-de-recursos-multifuncionais-novo>), com equipamentos e materiais para o público-alvo da Educação Especial. Contam também com recursos produzidos pelos próprios professores. Das 50 escolas da rede municipal, 24 são Escolas Polo. Em cada uma delas há uma SRM que são as responsáveis pela oferta do AEE. Na EI são 3 salas e nas EMEFs são 21 salas. 13 salas atendem os alunos do ensino fundamental 1-EF1.

Todas as 24 salas das escolas polo são identificadas como sendo salas do tipo I. As salas do tipo I são equipadas com equipamentos eletrônicos, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos. A sala de tipo II contém todos os recursos da sala tipo I, adicionados os recursos de acessibilidade para alunos com deficiência visual. São espaços físicos localizados nas escolas públicas onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado destinadas aos alunos público alvo, regularmente matriculados nas escolas comuns. É dito que esse atendimento complementa e ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e

independência na escola e fora dela. (Documento da Secretaria de Educação Especial, 2008, p. 14,15).

Além das escolas-polos, o município também oferece outro tipo de apoio, dependendo da necessidade da criança, que é a contratação de monitores para os estudantes com deficiências enquanto esses estiverem na escola. Esse tipo de suporte ofertado por monitores ou auxiliares favorece a frequência dos alunos com NEE – (Necessidades Educacionais Especializadas) nas escolas comuns, bem como reduz a demanda para os professores. Entretanto esses profissionais, em geral, são leigos ou não têm formação pedagógica, portanto precisam de formação e supervisão constante (MENDES, 2011 p.38).

O setor de educação especial ao final do ano de referência desta pesquisa, contava com 21 professores especialistas, atuantes nas salas de recursos multifuncionais. Havia previsão de contratação de mais nove professores especialistas em educação especial para o ano de 2018. Alunos atendidos na EE: Educação infantil - EI:76; ensino fundamental 1- EF1:152; ensino fundamental 2 - EF2:156; ensino médio - EM:71e Educação de jovens e adultos EJA:15. Totalizando 472 alunos matricula no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Os dados apresentados mostram que a maioria das matrículas na Educação Especial concentra-se no ensino fundamental. O mesmo ocorre em âmbito nacional, onde 87% dos alunos da Educação Especial são matriculados no ensino fundamental (BRASIL, 2009). Quanto o percentual de alunos matriculados da EE em relação ao total de matriculados em cada segmento na rede pública os números são os seguintes: na educação infantil- 1,63%, ensino fundamental EF 1 – 2.35%, ensino fundamental EF2 – 4,15%, ensino médio – 1.95% e educação de jovens e adultos EJA – 3.6%.

Consultando a planilha dos alunos matriculados e assistidos na EE (Documento do Setor de Educação Especial- SEMED/Setor de Estatística/2017), foi possível obter a classificação das deficiências diagnosticadas nos alunos matriculados nas SRM em Aracruz/ES. Tipos de Deficiências e respectivo número de alunos registrados pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Aracruz-ES em 2017. DI: deficiência intelectual: 163; TEA: transtorno do espectro autista: 71; DV: deficiência visual:2; BDV: baixa deficiência visual:34; DA: deficiência auditiva: 29; S: surdez: 8; DF: deficiência física: 74; DM: deficiência múltipla: 52; AS: Síndrome de Asperger: 9; TDI: transtorno desintegrativo da infância: 26 e AHS: altas habilidade/superdotação: 4. Totalizando 472 deficiências diagnosticadas. Como se pode verificar alguns diagnósticos poderiam ser agrupados como no TEA (71+ AS+TDI=106 alunos) e outros com melhor definição como Deficiência Visual e Baixa Deficiência Visual.

Os 472 alunos reconhecidos como tendo alguma deficiência representam 2,38% do alunado de 19.876 estudantes da rede Pública Municipal de ensino de Aracruz. Esta percentagem é razoável e ela deve representar os alunos mais comprometidos. Por outro lado, percebe-se também heterogeneidade na prevalência dos diagnósticos. Assim podemos observar que a prevalência de DI está em torno do esperado 1% (MAULIK et al., 2011). Também está adequada a prevalência de TEA, de 0,704 % enquanto a literatura indica de 0,6 a 1% (KIM et al., 2013). Porém observa-se sub-diagnóstico nas deficiências sensoriais, possivelmente porque as crianças com deficiência visual e auditiva utilizam recursos pedagógicos em outros locais que não as SRM. É necessário ressaltar que destes 472 alunos matriculados, 65 ainda não estão frequentando as Salas de Recursos Multifuncionais, por estarem esperando laudos.

A identificação diagnóstica por parte das equipes de saúde tem mostrado algumas dificuldades. É uma necessidade reconhecida por todos que dar o diagnóstico da deficiência para a criança é fundamental para o cuidado médico, mas é apenas o primeiro passo para o trabalho escolar. Nota-se por outro lado que este trabalho após o diagnóstico tem sido bastante precário. Esta situação repete-se em outras redes educacionais e reflete a conhecida relação pouco eficiente entre a saúde e educação. A literatura reflete o que provavelmente acontece na realidade: pouco interesse pelos profissionais da saúde mental em investigar aspectos cognitivos comportamentais de crianças em AEE e os professores acusando a dificuldade de comunicação com a saúde.

Este panorama é muito bem demonstrado por Mendes, Cia & Valadão (2015) no volume 4 da Série Observatório Nacional de Educação Especial. O livro mostra a experiência do funcionamento das SRM em 37 municípios de cinco regiões brasileiras e a falta de entrosamento entre educação e saúde é reiteradamente apontado. Tal fato é também apontado por Silva, Molero & Roman (2016). Os autores realizaram investigação sobre a percepção dos professores sobre o funcionamento desta interface, no município de Santos, SP. O artigo conclui mostrando uma deficiente cooperação entre as duas áreas.

Para estimar como ocorre o atendimento dos alunos matriculados nas SRM selecionamos aleatoriamente 50 alunos do ensino fundamental 1 (EF1 – do 1º ao 5º ano) matriculados em 6 escolas no ano de 2017. Os alunos foram selecionados de acordo com número de matrículas nas escolas polo. Esta amostra foi constituída por 28 meninos e 22 meninas com idades mínima de 4 anos e máxima de 16 anos, sendo a média de 10 anos para os meninos e 9 anos para as meninas. É importante ressaltar que não tivemos nenhum contato com os alunos, apenas acesso a documentação.

Os alunos recebem os atendimentos na mesma escola de frequência da sala regular. A documentação dos mesmos está em arquivos informatizado e outros organizados manualmente, separados em pastas. Os arquivos contêm informações gerais como: anos de escolarização, data de início, deficiência diagnosticada, sexo, idade, grau de dificuldade e necessidade de auxílio. Informação manual: exames, diagnósticos clínicos, relatórios médicos, cópia de ficha de matrícula, atividades desenvolvidas quando impressas e relatórios referentes aos atendimentos.

A documentação específica para cada aluno está na forma de prontuários nos quais encontram-se: Roteiro de observação de aluno; Relatório de observação; Anamnese; Plano de ensino; Registro das atividades desenvolvidas; Controle de presença; Relatório semestral; Encaminhamento para avaliação de outros profissionais; Termo de responsabilidade e Termo de desligamento. A montagem e documentos utilizados nas SRM seguem as diretrizes do documento orientador do programa implantação de salas de recursos multifuncionais do Ministério da Educação <http://portal.mec.gov.br> acesso em: 28 nov. 2017. Aliás o município é um dos signatários do Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais do Ministério da Educação.

Nas centenas de páginas dos documentos sobre Educação Especial disponíveis em <http://portal.mec.gov.br> acesso em: 01 dez. 2017, existe uma excelente coleção "A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar" que resume de maneira exemplar os caminhos e descaminhos do AEE. Existem documentos relativos à deficiência física (DF), deficiência auditiva (DA) e deficiência visual (DV). Estas 3 deficiências não costumam estar nas discussões das dificuldades do ensino especial. Estas crianças, via de regra, não têm dificuldades cognitivo-comportamentais e não há dúvida quanto ao método a ser utilizado com elas: tecnologia assistiva na DF; Libras na DA e Braille na DV. Não há documentos que apresentem e discutam métodos e técnicas a serem aplicados em SRM para crianças com DI ou TEA. No sistema brasileiro de educação especial as 2 condições que respondem pelo maior número de matrículas são justamente as que têm menos estruturado do ponto de vista científico como deveria ser o AEE. De fato, a DI representa cerca de 70% das matrículas no AEE (DIAS & SILVA, 2014)

Estas limitações não deveriam inibir os municípios que já conseguiram uma razoável organização no AEE, como é o caso de Aracruz. Na revisão bibliográfica apresentada se percebe este movimento pelo qual diversos municípios vêm melhorando o AEE, adotando práticas que vão além da legislação. Atendem um importante ponto de vista na interpretação de políticas públicas. Para manter as SRM e o AEE as Secretarias de Educação devem ampliar a expertise dos seus técnicos e equipes interdisciplinares devem ser constituídas para manter a supervisão e avaliação permanente do sistema.

#### 4. CONCLUSÕES E LIMITAÇÕES

Os resultados que foram apresentados neste trabalho são parciais. Está sendo ampliado para abranger todos os alunos matriculados em SRM. Trata-se de um recorte local de um assunto de máxima relevância que vem sendo discutido a nível nacional de maneira muito mais amplo. De qualquer maneira possibilitou identificar que a política de inclusão no município de Aracruz, através das salas de recursos multifuncionais, encontradas nas escolas municipais visitadas, está em processo de estruturação e no sentido correto.

É essencial que os Setor de Educação Especial, procure absorver educadores que saibam utilizar os diversos métodos da educação especial e traçar projetos pedagógicos de intervenção, individualizados, com metas explicitadas e sistemas de avaliação adequados. A documentação dos alunos matriculados permite conhecer a condição da deficiência, no entanto, a funcionalidade dos alunos não é avaliada. Também é fundamental estabelecer metas a serem alcançadas no período de matrícula dos alunos nas SRM.

#### 5. REFERÊNCIAS

ARACRUZ (Município/ES). Lei nº 4.353, de 25 de junho DE 1997. Institui o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.aracruz.es.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.424, de 9 de fevereiro de 1998. Autoriza firmar convênio de municipalização do ensino com o Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<http://www.aracruz.es.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

\_\_\_\_\_. Plano Municipal de Educação. Bases político-pedagógica da educação municipal: por uma escola participativa 2004 - 2013. Aracruz, ES. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação básica. Brasília: MEC/ES, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 13/2001**. Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: 2001.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011a. Dispõe sobre a Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 de nov. de 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto presidencial nº 7.611** de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/d7611.htm>. Acessado em 06/10/2017.

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BRABO, G. Implantação da sala de recursos para além de suas dificuldades - reflexões e possibilidades. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 6., 2011, Nova Almeida-Serra. **Anais...** Nova Almeida- Serra: Ufes, UFGRS, UFSCar, 2011. CD 1, Gabriela Brabo.pdf.

BAPTISTA, C. R. **Ação pedagógica e educação especial:** a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.17, n. especial, p.59-76, maio/ago. 2011a. *Print version* ISSN 1413-6538.

BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: para além do AEE. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 6., 2011b, Nova Almeida-Serra. **Anais...** Nova Almeida-Serra: Ufes, UFGRS, UFSCar, 2011. CD 1, Claudio Roberto Baptista.pdf.

BAPTISTA, C. R. AND VIEGAS, L. T. Reconfiguração da Educação Especial: Análise da Constituição de um Centro de Atendimento Educacional Especializado. Rev. bras. educ. espec. [online]. 2016, vol.22, n.3, pp.429-442. ISSN: 1984-686X - <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X15371>.

CALHEIROS, D. DOS S. AND FUMES, N. DE L. F. A educação especial em maceió/alagoas e a implementação da política do atendimento educacional especializado. [online]. 2014, vol.20, n.2, pp.249-264. <https://www.anpae.org.br>. Acesso: em 10 de nov. de 2017

DIAS, P. J. DE O. & SILVA, M. M. P. Indicadores sociais da deficiência no Brasil: uma análise do censo demográfico e do censo escolar. In: X ANPED SUL, 2014, Florianópolis. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq-pdf/288-0.pdf>. Acesso em: 23 jun. de 2017.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Portaria n° 074-R, de 6 de dezembro de 2000. Secretaria Estadual da Educação. Dispõe sobre critérios para o atendimento dos alunos portadores de necessidades educativas especiais (PNEE) na rede regular de ensino. Disponível em: <<http://governoservico.es.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. de 2018.

IBGE. (2015) Pesquisa nacional por prevalência de crianças com deficiências. Brasília, DF.

KIM, YS, FOMBONNE E, KOH YJ, KIM SJ, CHEON KA, LEVENTHAL BL. A comparison of DSM-IV pervasive developmental disorder and DSM-5 autism spectrum disorder prevalence in an epidemiologic sample. J Am Acad Child Adolesc Psychiatry 2013; 53(5):500-8. <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2013.12.021>

MANZINI, E. J. Possíveis variáveis para estudar as salas de recursos Multifuncionais. In: Seminário nacional de pesquisa em educação especial, 6., 2011, Nova Almeida-Serra. **Anais...** Nova Almeida-Serra: Ufes, UFGRS, UFSCar, 2011. CD 1, Eduardo José Manzini.pdf.

MAULIK, P.; MASCARENHAS, M.; MATHER, C. Prevalence of intellectual disability: A meta-analysis of population-based studies Research in Developmental Disabilities Volume 32, Issue 2, March–April 2011, Pages 419-436. DOI: 10.1016/j.ridd.2010.12.018.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. 5ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

MILANESI, J. B. Organização e Funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais em um município paulista. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MENDES EG; CIA F; VALADÃO GT (Orgs). (2015) Inclusão Escolar em Foco: Organização e Funcionamento do Atendimento Educacional Especializado. Volume 4, 520p. Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial (São Carlos). ISSN: 1984 - 7238. <http://dx.doi.org/10.5965/1984723817352016045>.

MENDES, G. M. L.; SILVA, F. C. T.; PLETSCH, M. D.. Atendimento educacional especializado: por entre políticas, práticas e currículo, um espaço-tempo de inclusão? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 6., 2011, Nova Almeida-Serra. **Anais...** Nova Almeida-Serra: Ufes, UFGRS, UFSCar, 2011. CD 1, Geovana Mendonça Lunardi Mendes com co-autores.pdf.

PARRILA, A. O. desenvolvimento local um argumento para uma educação mais inclusiva. In: RODRIGUES, D. (Org.). Educação Inclusiva: dos conceitos às práticas de formação, Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 2011, v.23 p.17-28. DOI: <http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X>.

PASIAN, M. S.; MENDES, E G.; CIA Fabiana. Aspectos da organização e funcionamento do atendimento educacional especializado: um estudo em larga escala. *Educ. rev.* [online]. 2017, vol.33, e155866. Epub Apr 03, 2017. ISSN 0102-4698. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698155866>. (18/04/2018)

SILVA, C. C. B. DA; MOLERO, E. S. S.; ROMAN, M. D. (2016) "The interface between health and education: teacher perceptions about inclusive education." *Psicologia Escolar e Educacional* 20.1: 109-115 - <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0201934>.

TRINDADE, T. C. S. Atendimento educacional especializado em escolares do ensino infantil no município de Mauá, São Paulo: análise da sala de recursos multifuncionais. Dissertação de Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento. Universidade Presbiteriana Mackenzie-SP, 2017.

VIEGAS, L.T. (2016). Um estudo sobre a constituição de um centro de atendimento educacional especializado: a reconfiguração da educação especial. *Revista Educação Especial* | v. 29 | n. 54 | p. 109-120 | jan./abr. 2016 Santa Maria. ISSN: 1984-686X - <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X15371>.

ZUQUI, F. S. As salas de recursos multifuncionais/salas de recursos das escolas da Rede Municipal de Educação do município de São Mateus: itinerários e diversos olhares. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo - 2013.